

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.622 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : LEILE AMDI LOPES
ADV.(A/S) : TAÍS LAINE LOPES STRINI MAGON
RECDO.(A/S) : CALIL DAMIAO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CLAIR JOSÉ BATISTA PINHEIRO

DECISÃO: O recurso extraordinário a que se refere o presente agravo foi deduzido **extemporaneamente**, eis que só veio a ser interposto em 06/09/2013, **data em que já se consumara** o trânsito em julgado do acórdão emanado do Tribunal “*a quo*”, **publicado** em 17/03/2010.

Torna-se lícito concluir, desse modo – especialmente se se considerar que os prazos recursais são peremptórios e preclusivos (RT 473/200 – RT 504/217 – RT 611/155 – RT 698/209 – RF 251/244) –, que se extinguiu, “*pleno jure*”, o direito de o ora interessado deduzir o recurso pertinente:

“– Os prazos recursais são peremptórios e preclusivos (RT 473/200 – RT 504/217 – RT 611/155 – RT 698/209 – RF 251/244). Com o decurso, ‘*in albis*’, do prazo legal, extingue-se, de pleno direito, quanto à parte sucumbente, a faculdade processual de interpor, em tempo legalmente oportuno, o recurso pertinente.

– A tempestividade – que se qualifica como pressuposto objetivo inerente a qualquer modalidade recursal – constitui matéria de ordem pública, passível, por isso mesmo, de conhecimento ‘*ex officio*’ pelos juízes e Tribunais. A inobservância desse requisito de ordem temporal, pela parte recorrente, provoca, como necessário efeito de caráter processual, a incognoscibilidade do recurso interposto.”

(RTJ 203/416, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar-lhe provimento**, eis que **correta** a decisão

ARE 917622 / SP

que **não** admitiu o recurso extraordinário a que ele se refere (CPC, art. 544, § 4º, II, “a”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator